



## **ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

### **1. Direito Administrativo:**

- a) Direito Administrativo: origem, conceito, fontes. Sistemas Administrativos.
- b) Regime jurídico-administrativo.
- c) Princípios básicos da Administração Pública.
- d) Organização administrativa: administração direta e indireta.
- e) Poderes administrativos.
- f) Agentes públicos. Disposições constitucionais.
- g) Atos administrativos.
- h) Licitação Pública.
- i) Contratos administrativos.
- j) Serviços públicos e regulação estatal. Concessões, permissões e autorizações.
- k) Parcerias Público-Privadas e Consórcios Públicos.
- l) Responsabilidade civil do Estado.
- m) Improbidade Administrativa.
- n) Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

### **2. Direito Constitucional:**

- a) Princípios Fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos.
- b) Direitos sociais.
- c) Direitos políticos. Partidos políticos.
- d) Organização do Estado político-administrativo.
- e) Administração Pública.
- f) Disposições Constitucionais sobre o Ministério Público.
- g) Controle de constitucionalidade.
- h) Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

### **3. Direito Financeiro:**

- a) Das finanças públicas e orçamento na Constituição Federal de 1.988.
- b) Princípios do Direito Financeiro e Princípios Orçamentários.
- c) Vedações constitucionais em matéria orçamentária.
- d) Lei Complementar n. 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal).
- e) Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

### **4. Controle Externo:**

- a) Controle da Administração Pública.
  - b) Regras constitucionais sobre controle externo: fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial (Arts. 70 a 75 da Constituição Federal).
  - c) Controle externo e interno na Constituição Federal.
-



MINISTÉRIO  
PÚBLICO  
DE CONTAS  
ESTADO DO  
ESPÍRITO SANTO

Procuradoria-Geral de Contas

---

- d) Tribunais de Contas: estrutura, composição, funções, natureza jurídica, eficácia das decisões e limites à revisão judiciária dos atos administrativos em geral e das decisões do Tribunal de Contas
- e) Ministério Público de Contas do Estado de Espírito Santo: Lei Complementar Estadual N. 451, de 5 de agosto de 2008, alterada pela Lei Complementar Estadual n. 491/2009.
- f) Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.